

LEI DA MORDAÇA

DEPUTADOS QUE VOTARAM CONTRA O POVO FALAR NA TRIBUNA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MS.



Fórum dos Servidores Públicos de MS recebe garantia de Gerson Claro que projeto da 'mordaza' será rediscutido **PÁGINA 7**



servidor público.MS

Jornal do funcionalismo público em Mato Grosso do Sul

Campo Grande, MS

Segunda-Feira, 16 de Setembro de 2019

Distribuição Dirigida

www.servidorpublicoms.com.br

Ano 7 | Edição 113

PDV DO GOVERNO DO ESTADO É UM FRACASSO

Dos 160 pedidos que o governo diz ter recebido, 21 foram autorizados, na segunda-feira (9). **Página 4**



93% DOS BENEFICIÁRIOS APROVAM O ATENDIMENTO DE OTORRINOLARINGOLOGIA NA REDE PRÓPRIA DA CASSEMS

Pesquisa encomendada pela Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul (Cassems), indicou que 93% dos usuários avaliaram o atendimento como ótimo e bom. **Página 6**

SINDIJUS

Indignados, servidores do Judiciário realizam manifestação unificada nos Fóruns de Mato Grosso do Sul

PÁGINA 2

DIREITO MILITAR DO CONESUL

AME-MS participa de Simpósio

PÁGINA 3

ACP

Governo Azambuja ataca a educação e mostra sua política de retirada de direitos



PÁGINA 5

Indignados, servidores do Judiciário realizam manifestação unificada nos Fóruns do Estado

|| Aproximadamente 600 servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul realizaram manifestação sincronizada durante 15 minutos em todo Estado, no dia 5 de setembro, para demonstrar a indignação contra a Administração do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) devido à falta de transparência e isonomia em relação às reivindicações dos servidores, dentre eles o reajuste geral anual previsto em lei e a conversão em pecúnia de licença-prêmio.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul (SINDIJUS-MS), Leonardo Lacerda, evidenciou os motivos pelos quais acarretou a mobilização. “Além do TJMS ter negado o reajuste e outros benefícios previstos em lei para os servidores, alegando falta de verba, ele vem pagando benefícios questionáveis aos magistrados, até mesmo de forma retroativa. E, também tem se negado a prestar informações sobre esses gastos, inclusive, nos vetando a ter acesso às decisões, regulamentações e gastos em geral para a magistratura, sendo necessário até mesmo interpelar ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) na tentativa de ter acesso

a esses gastos públicos em cifras milionárias”, afirmou.

Além do presidente, da direção do Sindicato participaram o vice-presidente Fabiano Reis, o diretor-tesoureiro Edison Lange Junior, de Assuntos Jurídicos Flávio Lopes, de Divulgação e Imprensa Adriana Capurro, Apoio aos Inativos Sissi Calarge e a Secretária-geral Maria de Lourdes Nepomuceno.

Até o momento 29 comarcas confirmaram a participação na manifestação por meio de fotos que foram encaminhadas para a direção do SINDIJUS-MS. São elas: Campo Grande (TJMS, Fórum Heitor de Medeiros e CIJUS), São Gabriel do Oeste, Fátima do Sul, Ribas do Rio Pardo, Amambai, Miranda, Aquidauana, Bonito, Ponta Porã, Eldorado, Camapuã, Coxim, Três Lagoas, Dourados, Rio Brilhante, Bandeirantes, Paranaíba, Corumbá, Anaurilândia, Nova Andradina, Porto Murtinho, Sidrolândia, Jardim, Itaquiraí, Pedro Gomes, Rio Verde, Bataguassu, Naviraí e Itaporã.

Na opinião do Sindicato as manifestações foram um sucesso de adesão dos servidores e divulgação para mídia e sociedade. “Como já era de esperar, devido ao clima de revolta instalado na categoria, o movimento atin-

giu patamares enormes, inclusive, até servidores vinculados à assessoria de juízes, desembargadores, funções de direção e chefia também estão aderindo ao movimento, porque passou qualquer limite da tolerância”, complementou.

A manifestação tem como objetivo a continuidade à negociação entre o SINDIJUS-MS e o TJMS. “Claro que os movimentos visam que TJMS abra para negociação de forma real. Sempre vamos primar pela razoabilidade, pelo diálogo. Entretanto, a partir do momento que uma das partes se nega a mostrar os gastos, cria-se essa situação vergonhosa, principalmente pela importância do Poder Judiciário”, enfatizou Leonardo.

“Ressaltamos o trabalho de cada filiado, de membros diretos do Sindicato que atuaram e fizeram o movimento unificado em todo Estado. Atingimos o objetivo dessa manifestação e estão previstos inúmeras outras mobilizações. Neste momento vamos aguardar se o Tribunal irá mudar sua postura e continuar as negociações. Irá depender se vai haver abertura de diálogo, se manter em silêncio ou tomar atitudes contra os servidores, nós teremos a reação compatível”. 896,9 mil pendentes.



Entenda

Mesmo alegando indisponibilidade de recurso aos servidores, foram constatados no portal da transparência do site do TJ, informações de pagamentos relativos à “licença prêmio” a juízes e desembargadores, fundamentados pelo art. 245-A do CODJ, sendo neste ano de 2019 no valor de R\$ 11.333,35 em Janeiro/2019; R\$ 40.000,00 em Fevereiro/2019; R\$ 40.000,00 em Março/2019; R\$ 40.000,00 em Abril/2019; R\$ 73.092,05 em Maio/2019; R\$ 370.000,00 em Junho/2019, e R\$ 550.000,00. Até o presente momento.

Ademais, conforme relatório estatístico do CNJ (Justiça em Números) edições de 2018 e 2019, o gasto com remuneração e indenização de magistrados tem sido o maior do País, superando significativamente o que é gastos com ministros das Cortes Superiores.

AME-MS participa de Simpósio de Direito Militar do Conesul

|| A Associação dos Militares Estaduais de Mato Grosso do Sul (AME-MS) participou do I Simpósio de Direito Militar do Conesul, que aconteceu em Dourados, nos dias 10 e 11 de setembro. A entidade foi representada pelo diretor de Relações Institucionais, Antonio Ramos de Oliveira.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

“O objetivo da participação da AME-MS é absor-

ver novos conhecimentos para melhorar, cada vez mais, o atendimento jurídico junto aos associados”, afirmou Oliveira, após participar do encontro.

Todos os temas discutidos durante o simpósio foram relacionados à segurança pública. Entre os palestrantes estavam o presidente da Comissão de Direito Militar da 4ª Subseção, advogado Douglas Patrick Hamstrom, o ministro do

Superior Tribunal Militar, General do Exército Odilson Sampaio Benzi, o promotor de Justiça de Minas Gerais Joaquim José Miranda Júnior e o diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas de Direito Militar, Murilo Ferreira dos Santos.

O encontro foi organizado pela Comissão de Direito Militar da 4ª Subseção Dourados/Itaporã, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MS).



Ministro do Superior Tribunal Militar, General do Exército Odilson Sampaio Benzi e Antonio Ramos de Oliveira, Relações Institucionais da AME-MS

Sinpol inspeciona delegacia de Coronel Sapucaia

|| Na tarde de quarta-feira (11), o presidente do Sinpol, Giancarlo Miranda; o diretor jurídico, Hectore Ocampo Filho; e o diretor administrativo adjunto, Jaime Martinelli; estiveram em Coronel Sapucaia, cidade que é alvo constante de criminosos, chegando ao ponto de, no último domingo, um preso ser resgatado de dentro da delegacia de Polícia Civil.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

A informação é de que pessoas não identificadas pularam o muro da delegacia e arrombaram a porta dos fundos, aproveitando o momento em que o investigador de plantão – que trabalhava sozinho – tinha se ausentado justamente para buscar a refeição do detento, que continua foragido.



“A situação é urgente. É preciso que tanto o governo do Estado quanto o governo Federal tomem providências imediatas”

“O que aconteceu aqui foi um grave ataque ao Estado de Mato Grosso do Sul. O local da delegacia é inadequado, faltam policiais, falta estrutura, a única viatura em funcionamento é empresta-

da de Amambai. A população está desprotegida! Prova disso é que há cerca de um mês, Coronel Sapucaia foi palco de um roubo a banco que mais parecia coisa de cinema. Sem falar que dois anos

atrás, a mesma delegacia de Polícia Civil foi alvejada por tiros de fuzil por criminosos”, declarou Giancarlo Miranda.

O Sinpol vai cobrar - mais uma vez - a responsabi-

lidade das autoridades competentes. É preciso mudar a localidade da delegacia, garantindo a segurança orgânica aos policiais; dando mais estrutura com viaturas e buscando realocar inves-

tigadores para a unidade.

“Também faremos esforços para que o concurso público seja destravado porque o efetivo em toda a fronteira está desguarnecido, e vamos ainda verificar o motivo da Força Nacional não estar em Coronel Sapucaia”, afirmou Giancarlo.

FORÇA NACIONAL

No dia 9 de julho deste ano, o ministro da Justiça, Sérgio Moro, assinou um documento autorizando a atuação da Força Nacional em Coronel Sapucaia, porém até o presente momento, 2 meses depois, nada foi feito.

“A situação é urgente. É preciso que tanto o governo do Estado quanto o governo Federal tomem providências imediatas para garantir a soberania do País”, finalizou Giancarlo.

Em meio a PDV fracassado, governo publica primeiros desligamentos

O Governo do Estado publicou, na edição de segunda-feira (9), a relação dos primeiros servidores que tiveram o Pedido de Desligamento Voluntário (PDV) autorizado. Dos 160 pedidos que o governo diz ter recebido, 21 foram autorizados.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

Segundo a publicação, o servidor que teve o pedido de adesão ao PDV deferido deverá permanecer em exercício até que seja publicada a exoneração, no Diário Oficial. Caso o servidor seja ocupante de cargo em comissão ou designado

para função gratificada, deverá aguardar, ainda, a publicação do ato de exoneração do cargo em comissão ou a dispensa da função gratificada.

Dos 21 desligamentos autorizados pelo governo, 12 são de servidores da Secretaria de Estado de Educação (SED). Entre os servidores que pediram o desligamento da secretaria estão professores, assistentes de atividades educacionais e agentes de atividades educacionais. A segunda secretaria com mais adesões ao PDV autorizadas, até agora, foi a Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização (SAD), com três servido-

res, sendo dois agentes de segurança patrimonial e um assistente de serviços organizacionais. Houve, também, deferimento de desligamento de servidores da AEMS, DGPC, Funsau e Sejusp.

O prazo de adesão dos servidores ao plano acabou no dia 15 de julho. A partir de então, começou a correr o prazo para a SAD analisar, decidir e publicar os atos de deferimento e indeferimento dos pedidos. A previsão é que os atos de exoneração sejam publicados em até 30 dias úteis após o deferimento do pedido. A primeira parcela do pagamento estará disponível no mês seguinte à

exoneração.

Levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em abril deste ano, apontou que o governo do Estado elevou em 45% a folha de pagamento dos servidores comissionados em cinco meses. O gasto com ocupantes de cargos de confiança saltou de R\$ 7,34 milhões em outubro de 2018 para R\$ 10,64 milhões em março de 2019.

Com a folha cada vez mais inchada, o governador anunciou o PDV, com o pagamento das indenizações de forma parcelada.



O governador do Estado, Reinaldo Azambuja

servidorpúblico.MS

Jornalista Responsável:
Cláudio Souza – DRT 411-MS

Contato:
(67) 99925-79847

Avenida Guaicurus, 4147 – Jardim Campo Alto
Campo Grande (MS) – 79062-310

Consórcios de Serviços do Sicoob.

Cabe no bolso, cabe na sua vida.



Com o consórcio do Sicoob ficou mais fácil planejar e concretizar seus planos. Esse grupo permite enquadramento para aquisição de:

- **Consultorias** (contábil, financeira, jurídica);
- **Projetos** (de arquitetura, móveis planejados);
- **Cirurgia e Estética;**
- **Viagens;**
- **Festas;**

PROCURE NOSSOS GERENTES E FAÇA UMA SIMULAÇÃO

Agência Campo Grande
67 3321-9454
Av. Mato Grosso, nº 3195
Bairro Coophafé

Agência ACICG
67 3222-4160
Av. XV de Novembro, 390, Centro
Campo Grande – MS

*Obs.: O pagamento será realizado diretamente ao fornecedor, mediante comprovação do serviço e emissão de nota fiscal. Destacamos que a liberação da carta está sujeita a análise da Administradora, e se solicitada, a apresentação de garantias adicionais.

Abra sua conta no Sicoob e faça parte do maior sistema de cooperativas financeiras do país.

SICOOB
Ipê

Governo Azambuja ataca a educação e mostra sua política de retirada de direitos

2019 apresentou a marca da política do governo Azambuja para a educação: desrespeito e desvalorização aos trabalhadores, provocando enormes perdas salariais; desmonte das políticas educacionais construídas em décadas de lutas dos

profissionais da educação, e não cumprimento de decisão judicial.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

O desmonte já se apresenta no começo do ano letivo, com o atraso do início das aulas, prejudi-

cando alunos e professores da REE (Rede Estadual de Ensino), sem falar nos professores convocados, que iniciavam ali uma trajetória de perdas salariais, uma vez que tinham seus contratos assinados tardiamente, perdendo dias de trabalho a rece-

ber. Na sequência, são os Professores Gerenciadores de Tecnologias Educacionais que sofrem o golpe. Todos os educadores são retirados das Salas de Tecnologias Educacionais e Recursos Midiáticos.

Seguindo a onda conservadora, retrógrada e antidemocrática que assola o País desde a eleição de Jair Bolsonaro para presidente do Brasil, o governo Azambuja agora afronta a democracia nas escolas estaduais. Garantida há mais de duas décadas, a eleição direta para diretores escolares está sob forte ameaça.

No início de setembro, a SED (Secretaria de Estado

de Educação) apresentou uma minuta a fim de regulamentar a eleição para diretores neste ano. O documento joga no lixo o histórico de gestão democrática na REE, ao sugerir que os candidatos não serão mais eleitos diretamente pela comunidade escolar. O processo eleitoral classificaria os candidatos em uma lista tríplice, e a SED escolheria entre os três mais votados. Essa situação nunca aconteceu na REE e, na prática, retira completamente a escolha das mãos da comunidade escolar, uma vez que não respeita o voto de alunos, professores, funcionários,

pais e mães.

“É uma medida autoritária, ingerência da SED na gestão das escolas. Faz parte dessa política de perseguição e repressão à educação e seus profissionais que impera no Estado de Mato Grosso do Sul e no Brasil. Nós vamos lutar e resistir. Jamais deixaremos que nos tirem a autonomia e a prática democrática em nossas escolas. Democracia não se negocia!”, afirma a vice-presidente da ACP, professora Zélia Aguiar.

ACP – Desde 1952, nossa luta não para!

Redução de salário

A mais covarde e rasante medida, o governo Azambuja preparou para os vencimentos dos educadores. Na data-base de maio, o governo do Estado descumpriu a decisão judicial e não aplicou a correção anual 2019 (4,17%), do Piso 20h, da Rede Estadual de Ensino. Também ameaçou acabar com o abono de R\$ 200,00 dos administrativos da educação, que vem desde o ano de 2015 e iria até 31 de maio de 2019. Após greve dos administrativos, o abono foi mantido até 2020. No entanto, o governo seguiu com índice zero de reajuste para os professores, descumprindo a lei. Diante da arbitrariedade, a FETEMS e os seus sindicatos afiliados acionaram o governo do Estado no TJMS (Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul).

Não bastasse tamanho desrespeito com a educação. Azambuja manobrou com a Assembleia Legislativa, de maneira sorra-

teira e sem debater com a categoria, alterações no Estatuto do Magistério. Uma medida tomada no período das férias de julho, surpreendendo e sufocando a mobilização dos professores. Um ataque que desestabilizou os profissionais da educação, e vai impactar diretamente na qualidade da educação pública.

Desvalorizando o trabalho dos professores e professoras de Mato Grosso do Sul, os deputados estaduais aprovaram, no dia 11 de julho, o Projeto de Lei Complementar que alterou o Estatuto do Magistério Estadual (Lei Complementar nº 266), por 14 votos a 7. A mudança provoca uma série de prejuízos aos profissionais da educação, dentre elas, a mais grave foi a redução em 32,5% no salário dos professores convocados.

“Isso que aconteceu na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, em

conjunto com o governo do Estado, foi um massacre. É inadmissível que os poderes Executivo e Legislativo deste Estado se unam para destruir a carreira do magistério. Redução de salário é inconstitucional. Não vamos aceitar que dividam nossa categoria, que tratem os profissionais que desempenham as mesmas funções docentes, de maneiras distintas. Somos todos professores e merecemos respeito e valorização. Vamos lutar em todas as instâncias possíveis para reverter essa atrocidade”, afirmou Lucílio Nobre.

Após a aprovação da Assembleia, o movimento sindical de MS acionou a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), que entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF (Supremo Tribunal Federal), contra a Lei Complementar aprovada em Mato Grosso do Sul, por reduzir salários e ferir a isonomia de classe.

ACP convoca protestos

Após sancionada a Lei Complementar nº 266, a categoria se mobilizou no início do mês de agosto, dialogando com a comunidade escolar e a sociedade, para denunciar o desrespeito de Azambuja com os professores e o desmonte da escola pública. No dia 13 de agosto, uma grande passeata tomou as ruas de Campo Grande, com professores da REE e REME (Rede Municipal de Ensino), protestando contra a destruição da escola pública.

O presidente da ACP destaca a importância dos trabalhadores terem consciência de classe.

“Na esfera Nacional, o governo Bolsonaro e o Congresso tentam acabar com o direito dos trabalhadores a uma aposentadoria digna. Aqui em MS, essa Lei absurda, desmoralizante, é aprovada e desconstrói a carreira do magistério. Esse momento nos exige consciência de classe, precisamos politizar nosso debate e nossas ações, estar unidos em nossos sindicatos, eleger parlamentares que representem a classe trabalhadora. Porque com Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas e o Congresso Nacional cheios de ruralistas, empresários, e demais

lideranças que não representam os trabalhadores, nós continuaremos a ser massacrados”, alerta Nobre.

A ACP atua há 67 anos em defesa dos trabalhadores e da Educação Pública. A Fetems completa 40 anos. São essas entidades que representam os trabalhadores em educação de Campo Grande e Mato Grosso do Sul. “É urgente fortalecer essa luta. Filie-se! O futuro da Educação Pública e a dignidade da carreira do magistério dependem da luta dos trabalhadores. Os fatos atuais mostram isso”, conclui Lucílio Nobre.

93% dos beneficiários aprovam o atendimento de Otorrinolaringologia na Rede Própria Cassems



73% dos beneficiários não só aprovam o novo serviço, como afirmam que o atendimento melhorou

|| Pesquisa encomendada pela Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul (Cassems) e realizada pelo Instituto de Pesquisa Resultado com beneficiários da Caixa dos Servidores de Campo Grande, para avaliar os serviços de otorrinolaringologistas prestados pelo plano de saúde em sua Rede Própria, indicou que 93% dos usuários avaliaram o atendimento como ótimo e bom. A pesquisa, feita por amostragem, foi realizada na Capital no período de 4 a 6 de setembro. O estudo foi feito por meio da coleta de dados por survey, de natureza quantitativa, com entrevista por telefone e presencial in loco.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

A qualidade do atendimento também foi avaliada. Para 73% dos beneficiários, que utilizaram o serviço tanto na rede credenciada, quanto na Rede Própria, o atendimento melhorou. Essa melhora também refletiu na qualidade dos exames, de acordo com 70% dos beneficiários.

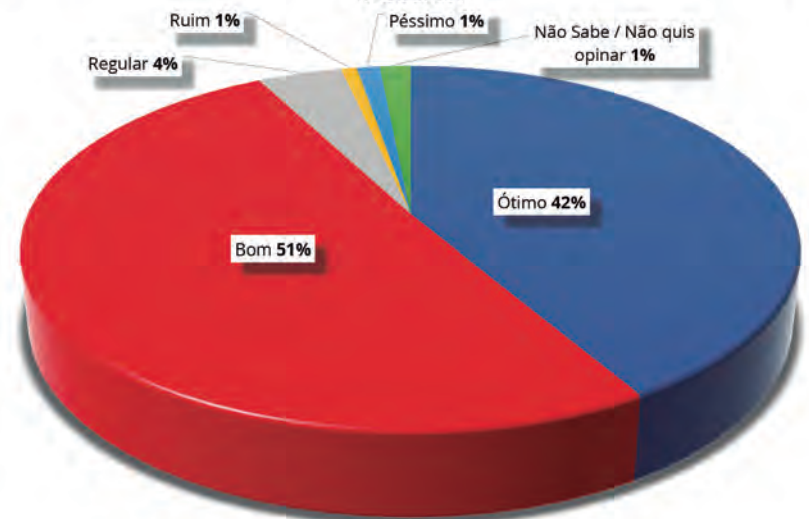
Em relação ao tempo de espera por agendamento, 73% dos beneficiários que utilizaram o serviço tanto na rede credenciada, quanto na Rede Própria, disseram que houve melhora com a mudança e 55% dos beneficiários dis-

seram que houve melhora no tempo de espera para a consulta.

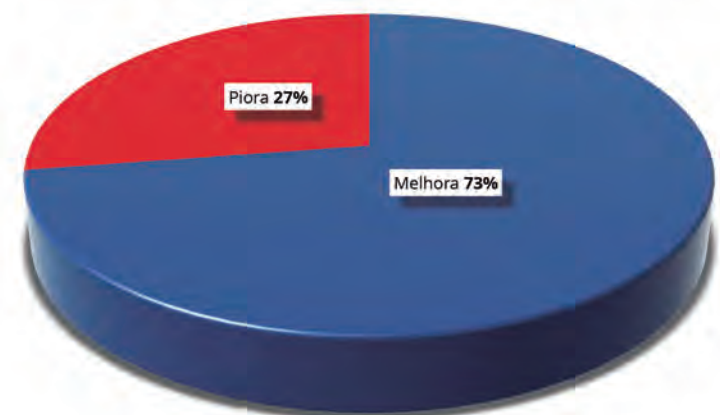
O presidente da Cassems, Ricardo Ayaiche, garante que os beneficiários podem esperar, como de costume, serviços de qualidade. “Os beneficiários Cassems podem esperar, como sempre, em todos os serviços que implantamos, muita qualidade, muita dedicação, profissionais altamente capacitados, qualificados para oferecer o melhor atendimento em Otorrinolaringologia, porque com certeza queremos sempre o melhor atendimento, o mais humanizado, para que a gente possa sempre proporcionar os melhores resultados quando precisarmos de um atendimento nessa especialidade. Os profissionais contratados têm o melhor preparo, a maior qualificação para que a gente consiga os melhores resultados”.

Para garantir a qualidade do atendimento e a sustentabilidade do plano de saúde, a Cassems estruturou, nas Unidades da capital e do interior, serviços de Otorrinolaringologia próprios. Todas as demandas que antes eram atendidas pela rede credenciada foram direcionadas e estão garantidas na Rede Própria. A nova alternativa foi amplamente discutida pelos conselhos Administrativo e Fiscal e, para realizar esta mudança, o plano de saúde fez um estudo sobre as necessidades dos beneficiários por essa especialidade.

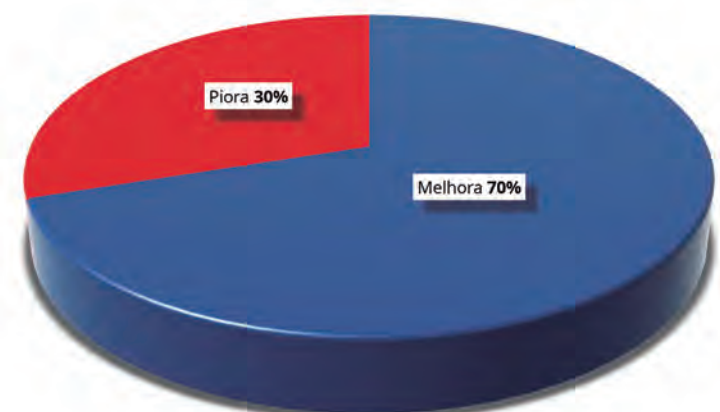
Como você avalia o atendimento da equipe de Otorrinolaringologistas da CASSEMS?



O Sr(a) que utilizou tanto os serviços de Otorrinolaringologia que não eram atendidos na CASSEMS quanto os que são atendidos na CASSEMS, em sua opinião houve melhora ou piora na QUALIDADE DO ATENDIMENTO, com a mudança dos serviços para atendimento direto na CASSEMS?



O Sr(a) que utilizou tanto os serviços de Otorrinolaringologia que não eram atendidos na CASSEMS quanto os que são atendidos na CASSEMS, em sua opinião houve melhora ou piora na QUALIDADE DOS EXAMES, com a mudança para atendimento direto na CASSEMS?



Fórum dos Servidores recebe garantia de Claro que projeto da 'mordaza' vai ser rediscutido

LEI DA MORDAÇA

DEPUTADOS QUE VOTARAM CONTRA O POVO FALAR NA TRIBUNA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MS.



|| Após a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul aprovar, em primeira votação, o projeto que limita o uso da tribuna, representantes das entidades que formam o Fórum dos Servidores, contrário à proposta desde que foi apresentada, fizeram uma manifestação na Casa de Leis e conversaram com os deputados. Do deputado Gerson Claro (PP), um dos autores da proposta, o Fórum recebeu a garantia que será chamado para rediscutir a proposta a ser votada pela segunda vez.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

“Conversamos com os deputados e tivemos garantia do Gerson Claro que, antes da segunda votação da Assembleia Legislativa, ele vai conversar com as entidades que compõem o Fórum

(dos Servidores) para ajustar o projeto, para que não as impeça de falar”, afirmou Ricardo Bueno, do Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social, ao deixar a Casa de Leis ao lado de outros representantes do Fórum dos Servidores.

Aos sindicalistas, Gerson Claro garantiu, ainda, que o objetivo é criar regras e não aplicar uma mordaza. “Estamos confiando nos deputados. Vamos aguardar que eles chamem as entidades para que essa votação não aconteça sem sermos chamados”, pontuou Bueno.

Antes de ser aprovado em primeira votação, na semana passada, o projeto já havia sido pautado, mas, diante da pressão dos servidores e do movimento sindical, os deputados resolveram tirar da pauta. Até que,

no silêncio, pautaram novamente. O Projeto de Resolução 14/2019 foi apresentado pelo deputado Lídio Lopes (Patri).

Na sessão em que a proposta foi pautada, a aprovação do projeto não foi unânime. Dez deputados se posicionaram a favor da proposta, enquanto oito foram contrários. Gerson Claro (PP), Herculano Borges (SD), Jamilson Name (PTB), Lídio Lopes (Patri), Márcio Fernandes (MDB), Neno Razuk (PTB), Onevan de Matos (PSDB), Rinaldo Modesto (PSDB), Zé Teixeira (DEM) e Eduardo Rocha (MDB).

Os deputados contrários à proposta foram Renato Câmara (MDB), Pedro Kemp (PT), Marçal Filho (PSDB), João Henrique Catan (PL), Evander Vendramini (PP), Renan Contar (PSL), Lucas de Lima (PP) e Antônio Vaz (PRB).

Na primeira votação, os deputados só analisaram a legalidade da proposta, que já havia causado polêmica na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR). Em segunda votação, deve ser analisado o mérito da proposta.

Durante análise da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), o projeto de resolução foi questionado pelos deputados João Henrique Catan (PL) e Marçal Filho (PSDB), que votaram contra. Os demais integrantes – José Carlos Barbosa (DEM), Gerson Claro (PP) e Lídio Lopes (Patriota) – foram favoráveis e, por isso, a proposição seguiu para o plenário.

Conforme a proposição, apenas os deputados estaduais vão poder usar a tribuna da Assembleia. O projeto foi apresentado por 19 deputados, mas



Deputado Gerson Claro, um dos autores da proposta dois deles retiraram as assinaturas ao longo da tramitação. O argumento de um grupo de deputados é que, atualmente, já existem as frentes parlamentares e as audiências públicas como espaços para participação popular.

Hoje, o regimento da Assembleia permite que

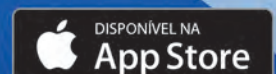
terceiros usem a palavra. Para tanto, é necessário que encaminhem requerimento e documentos à Mesa Diretora com, pelo menos, 48 horas de antecedência. Cabe aos deputados decidirem se o pedido de uso da tribuna será autorizado ou não, sob o argumento de interesse público do assunto.



A Cassems
 agora é
100%
digit@l

Entre no Portal da
 Cassems para obter
 o seu *login* e *senha*.

beneficiario.cassems.com.br



Para você viver o melhor da vida real, a **Cassems** dá mais uma virada. Agora, é 100% digital. Você não precisa ir até a Cassems para autorizar exames e procedimentos. Tudo será feito pela internet, pelo seu próprio médico. E mais: pelo **aplicativo Cassems Beneficiário**, você acompanha todo o processo de onde estiver. Entre no Portal da Cassems para obter o seu *login* e *senha*.

Dra. Maria Auxiliadora Budib
 Responsável Técnica Médica e
 Diretora de Assistência à Saúde
 Médica Convulsores e Distúrbios
 CRM-MS 2906 / RQE 544

CASSEMS[®]

Sempre à frente, cuidando de você.

ANS - nº 413534